



BNP PARIBAS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Aos nossos acionistas e clientes:

Submetemos à apreciação de V. Sas., em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações financeiras do Banco BNP Paribas Brasil S.A., referentes aos semestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013. O Banco BNP Paribas agradece aos acionistas, clientes e colaboradores pela confiança e apoio recebidos, que possibilitaram o desenvolvimento e fortalecimento dos nossos produtos e serviços.

Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS - Em 30 de junho de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

ATIVO	NOTAS	30.06.2014	30.06.2013	PASSIVO	NOTAS	30.06.2014	30.06.2013
Circulante		16.117.622	12.994.808	Circulante		13.536.642	10.868.829
Disponibilidades		7.867	3.254	Depósitos	(9)	3.313.747	2.935.484
Aplicações interfinanceiras de liquidez		5.205.399	5.883.146	Depósitos à vista		152.738	174.146
Aplicações no mercado aberto		2.286.246	2.703.764	Depósitos interfinanceiros		160.622	103.693
Aplicações em depósitos estrangeiros		2.875.115	2.807.260	Depósitos a prazo		2.927.711	2.583.224
Aplicações em moedas estrangeiras		44.038	372.122	Depósitos em moeda estrangeira		72.676	74.421
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(5)	4.166.854	2.830.663	Captações no mercado aberto		2.659.557	3.033.765
Carteira própria		1.980.224	1.494.098	Carteira própria		41.932	418.288
Vinculados a compromissos de recompra		42.464	91.886	Carteira de terceiros		1.156.193	1.885.977
Vinculados à prestação de garantias		418.609	278.037	Carteira de livre movimentação		1.461.432	729.500
Títulos objeto de operações compromissadas com livre movimentação		1.241.632	367.782	Recursos de aceites e emissão de títulos		657.732	119.184
Instrumentos financeiros derivativos		483.925	598.860	Obrigações por emissão de letras financeiras		657.732	94.002
Relações interfinanceiras		67.199	59.442	Obrigações por emissão de crédito de agronegócio		-	25.182
Pagamento e recebimentos a liquidar		7	17	Relações interfinanceiras		633	492
Créditos vinculados - depósitos no BACEN		67.192	59.425	Recebimentos e pagamentos a liquidar		633	492
Operações de crédito	(6)	725.214	261.158	Relações interdependências		36.599	98.970
Setor privado		271.645	271.645	Recursos em trânsito de terceiros		36.599	98.970
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(6.3)	(20.442)	(10.487)	Obrigações por empréstimos e repasses	(10)	1.830.558	672.374
Operações de arrendamento mercantil		-	-	Empréstimos no exterior		1.625.789	666.705
Setor privado		161.330	202.503	Repasses do país		14.859	5.669
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil		(161.330)	(202.503)	Repasses do exterior		189.410	-
Outros créditos		5.940.218	3.955.680	Instrumentos financeiros derivativos	(5)	477.822	556.138
Carteira de câmbio	(7.1)	5.858.337	3.808.150	Instrumentos financeiros derivativos		477.822	556.138
Rendas a receber		16.213	29.657	Outras obrigações		4.560.494	3.452.422
Negociação e intermediação de valores		2.479	3.736	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		2.891	6.207
Diversos	(7.2)	115.536	136.627	Carteira de câmbio	(7.1)	4.229.441	3.013.324
Provisão para outros créditos liquidação duvidosa		(52.347)	(22.490)	Sociais e estatutárias		4.692	5.059
Outros valores e bens		4.871	1.465	Fiscais e previdenciárias	(11.1)	62.670	129.414
Despesas antecipadas		4.871	1.465	Fiscais e previdenciárias	(11.1)	46.452	75.278
Não Circulante		2.956.526	3.959.654	Dívida subordinada	(11.2)	7.802	7.829
Aplicações interfinanceiras de liquidez		1.420.735	831.277	Diversas	(11.3)	206.546	215.311
Aplicações em depósitos interfinanceiros		1.420.735	831.277				
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(5)	822.796	1.266.456	Não Circulante		4.329.045	5.117.521
Carteira própria		-	173.672	Depósitos	(9)	1.051.991	1.395.563
Vinculados a compromissos de recompra		-	328.587	Depósitos a prazo		897.740	1.395.563
Vinculados à prestação de garantias		-	91.106	Depósitos interfinanceiros		154.251	-
Instrumentos financeiros derivativos		597.798	673.091	Recursos de aceites e emissão de títulos		1.293.841	663.254
Títulos objeto de operações compromissadas com livre movimentação		224.998	-	Obrigações por emissão de letras financeiras		1.293.841	663.254
Operações de crédito	(6)	168.702	119.768	Obrigações por empréstimos e repasses		148.715	246.625
Setor privado		168.702	119.768	Repasses do país		119.431	94.751
Operações de arrendamento mercantil		-	-	Repasses do exterior		29.284	151.874
Setor privado		71.293	226.813	Instrumentos financeiros derivativos	(5)	696.116	819.317
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil		(71.293)	(226.813)	Instrumentos financeiros derivativos		696.116	819.317
Outros créditos		543.907	1.741.423	Outras obrigações		1.138.382	1.992.762
Carteira de câmbio	(7.1)	44.350	1.336.265	Carteira de câmbio	(7.1)	46.199	1.340.494
Rendas a receber		-	2.950	Fiscais e previdenciárias	(11.1)	331.885	289.117
Diversos	(7.2)	499.557	402.208	Fiscais e previdenciárias	(11.2)	694.180	315.511
Outros valores e bens		386	730	Dívida subordinada	(11.3)	63.739	45.465
Despesas antecipadas		386	730	Resultado de exercícios futuros		2.379	2.175
Permanente		251.998	416.454				
Investimentos		22.017	23.592	Patrimônio líquido	(12)	1.460.459	1.384.566
Participação em controlada no País	(8)	15.797	18.047	Capital social:		716.736	584.355
Outros investimentos		6.220	5.545	De domiciliados no País		4	92.888
Imobilizado de uso		15.707	15.392	De domiciliados no exterior		716.732	491.467
Outras imobilizações de uso		43.610	41.175	Aumento de Capital		-	60.000
Depreciações acumuladas		(27.903)	(25.783)	Reservas de lucros		714.029	644.355
Imobilizado de arrendamento	(6.2)	212.757	375.485	Ajuste de avaliação patrimonial		(3.024)	7.916
Bens arrendados		313.010	474.250	Lucros acumulados		32.718	87.940
Depreciações acumuladas		(100.253)	(98.765)				
Diferido		33	48	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		19.326.146	17.370.916
Gastos de organização e expansão		13.106	13.139				
Amortização acumulada		(13.073)	(13.091)				
Intangível		1.484	1.937				
Ativos intangíveis		3.770	3.506				
Amortização acumulada		(2.286)	(1.569)				
TOTAL DO ATIVO		19.326.146	17.370.916				

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para os semestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de capital	Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do Patrimônio líquido
			Legal	Estatutária			
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	584.355	60.000	97.845	544.746	(5.090)	-	1.281.856
Ajuste ao valor de mercado - TVM's	-	-	-	-	13.006	-	13.006
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	89.704	89.704
Destinações:							
Reserva legal	-	-	1.764	-	-	(1.764)	-
Saldos em 30 de Junho de 2013	584.355	60.000	99.609	544.746	7.916	87.940	1.384.566
Saldos em 31 de Dezembro 2013	644.355	72.381	107.230	605.077	(476)	-	1.428.567
Homologação do aumento de capital	72.381	(72.381)	-	-	-	-	-
Ajuste ao valor de mercado - TVM's	-	-	-	-	(2.548)	-	(2.548)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	34.440	34.440
Destinações:							
Reserva legal	-	-	1.722	-	-	(1.722)	-
Saldos em 30 de Junho de 2014	716.736	-	108.952	605.077	(3.024)	32.718	1.460.459

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para os semestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco BNP Paribas Brasil S.A. ("Banco"), opera como banco múltiplo, na forma da Resolução nº 1.524/88, do Banco Central do Brasil - BACEN, autorizado a desenvolver suas operações por meio das carteiras comercial, de arrendamento mercantil, de câmbio e de investimento.

A Demonstração Financeira elaborada para o período findo em 30 de junho de 2014 foi aprovada pela Diretoria em 18 de Agosto de 2014.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras do Banco foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN e pela Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº11.638/07 e nº11.941/09 normatizadas pelo BACEN e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

A elaboração das Demonstrações Financeiras exige que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: i) provisão para créditos de liquidação duvidosa; ii) ativos fiscais diferidos; iii) provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis; iv) valorização de instrumentos financeiros; v) ativos e passivos relacionados a benefícios pós-emprego a empregados e vi) outras provisões. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas. Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, entretanto, somente alguns foram homologados pelo BACEN. Assim, o Banco, na elaboração dessas demonstrações financeiras, adotou os pronunciamentos contábeis já homologados pelo BACEN.

No primeiro semestre de 2014 o BACEN não aprovou mais nenhum pronunciamento CPC. Conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular nº 3.068, de 08.11.2001, do BACEN, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação (nota 5) são apresentados no Balanço Patrimonial, no Ativo Circulante, independentemente de suas datas de vencimentos.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro rata dia e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

Nas operações de arrendamento mercantil, é apurado pelo regime de competência e segundo a Portaria do Ministério da Fazenda - MF nº140/84, que considera:

- As receitas de arrendamento mercantil, calculadas e apropriadas mensalmente pela exigibilidade das contraprestações no período.
- O ajuste ao valor presente das operações de arrendamento mercantil.
- Os rendimentos, encargos e variações monetárias, a índice e taxas oficiais incidentes sobre ativos e passivos circulantes e a longo prazo.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº3.064/08, incluem recursos em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, com reversibilidade imediata ou com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias.

c) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, líquidas dos custos de transação incorridos, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

d) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração, nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação - Títulos e Valores Mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Os títulos classificados como para negociação são apresentados no curto prazo, independente de seu vencimento, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

- Títulos disponíveis para venda - Títulos e Valores Mobiliários que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida a conta destinada do patrimônio líquido - Ajuste de Avaliação Patrimonial - líquido dos efeitos tributários, sendo transferido para o resultado do período quanto da efetiva realização, através da venda definitiva dos respectivos valores mobiliários. Os declínios no

valor de mercado dos títulos disponíveis para venda dos seus custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas.

- Títulos mantidos até o vencimento - Títulos e Valores Mobiliários para os quais haja intenção ou obrigatoriedade e capacidade financeira da instituição para sua manutenção em carteira até o vencimento. O Banco não possui títulos classificados na categoria mantidos até o vencimento em 30 de junho de 2014 e de 2013.

e) Instrumentos Financeiros Derivativos (ativos e passivos)

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor justo, e são classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da administração em utilizá-los como instrumento de proteção "hedge" ou não, conforme a Circular nº 3.082, de 30.01.2002, do BACEN.

As operações que utilizam instrumentos financeiros que não atendam aos critérios de proteção são contabilizados pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

Os derivativos utilizados para proteger exposições a risco são classificados como "hedge" de acordo com sua natureza:

- "Hedge" de Risco de Mercado - são destinados a mitigar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor justo do item objeto de "hedge". Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado;
- "Hedge" de Fluxo de Caixa - são destinados a mitigar a variação no fluxo de caixa futuro estimado.

A parcela efetiva de "hedge" dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, é contabilizada pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica de reserva no patrimônio líquido. A parcela não efetiva do "hedge" é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

O impacto da marcação ao valor justo dos ativos objeto está demonstrado na nota 5.

f) Operações de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito são registradas a valor presente, calculadas pro rata dia com base na variação do indexador e na taxa de juros contratuais.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 e alterações posteriores do BACEN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda). As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em consideração as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

As provisões são constituídas a partir da concessão do crédito, baseadas nas classificações de risco e função da análise periódica da qualidade do cliente e dos setores de atividade, e não apenas quando da ocorrência de inadimplência.

g) Imobilizado de Arrendamento

O imobilizado

BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A.

CNPJ nº 01.522.368/0001-82

(Continuação)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Para os semestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	30.06.2014	30.06.2013
Disponibilidade	7.867	3.254
Aplicações no mercado aberto (1)	2.286.246	2.400.173
Aplicações em depósitos interfinanceiros (1)	967.194	897.984
Aplicações em moedas estrangeiras	44.038	372.121
Total	3.305.345	3.673.532

(1) Referem-se às operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (ATIVOS E PASSIVOS)

Apresentamos a seguir a composição por tipo de papel e prazo de vencimento dos Títulos e Valores Mobiliários e de Instrumentos Financeiros Derivativos, já ajustados aos respectivos valores de mercado:

5.1 Resumo da classificação dos Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos por categoria e vencimento

	Ajuste a mercado				Por vencimento				Valor de mercado
	Valor de custo/contrato	Resultado	Patrimônio líquido	Valor de mercado	0-30	31-180	181-360	Acima de 360	
Títulos para negociação									
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	25	-	-	25	-	25	-	-	1.083
Letras do Tesouro Nacional - LTN	332.495	309	-	332.804	53.355	212.140	24.109	43.200	403.914
Notas do Tesouro Nacional - NTN	962.499	3.805	-	966.304	-	193.315	104.343	668.646	394.065
Cotas de Fundo de Investimento (*)	1.475.183	8.686	-	1.483.869	1.483.869	-	-	-	691.267
Outros - Usufruto	22.705	31.783	-	54.488	-	54.488	-	-	72.079
Total	2.792.907	44.583	-	2.837.490	1.537.224	459.943	128.477	711.846	1.562.408
Títulos disponíveis para venda									
Ações	-	-	-	-	-	-	-	-	6.356
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.073.714	-	(4.387)	1.069.327	-	-	844.329	224.998	677.149
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.115	-	(5)	1.110	-	1.110	-	-	579.255
Total	1.074.829	-	(4.392)	1.070.437	-	1.110	844.329	224.998	1.262.760
Subtotal do ativo	3.867.736	44.583	(4.392)	3.907.927	1.537.224	461.053	972.806	936.844	2.825.168
Instrumentos financeiros derivativos - Ativo									
Operações de opções	406.237	(11.003)	-	395.234	387	3.759	6.637	384.451	152.406
Operações a termo	165.997	12.779	-	178.776	63.112	43.195	68.000	4.469	385.610
Operações de "swap"	513.747	(6.034)	-	507.713	41.066	117.656	140.113	208.878	733.935
Total	1.085.981	(4.258)	-	1.081.723	104.565	164.610	214.750	597.798	1.271.951
Total do ativo	4.953.717	(4.258)	-	4.989.650	1.641.789	625.663	1.187.556	1.534.642	4.097.119
Instrumentos financeiros derivativos - Passivo									
Operações de opções	406.198	(10.965)	-	395.233	386	3.759	6.637	384.451	155.600
Operações a termo	147.153	(22.242)	-	124.911	40.081	62.006	13.915	8.909	151.902
Operações de "swap"	619.178	34.616	-	653.794	71.310	112.082	167.646	302.756	1.067.953
Total	1.172.529	1.409	-	1.173.938	111.777	177.847	188.198	696.116	1.375.455

* Para informações sobre o Fundo de Investimento veja nota 5.3.

Os Títulos e Valores Mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo é calculado com base em cotações de preços divulgadas pelo mercado, por modelos de precificação, pelo fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para quais a determinação do valor justo pode exigir julgamento ou estimativa por parte da Administração.

5.2. Instrumentos financeiros derivativos

O Banco tem como política administrar os riscos resultantes de operações com derivativos, evitando assumir posições expostas a flutuações de fatores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam o controle de riscos.

A maior parte dos contratos de derivativos negociados pela instituição com clientes no Brasil refere-se a operações de "swap", termos, opções e futuros, registradas na BM&F Bovespa ou na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.

A contabilização é realizada conforme a seguir:

• Operações de "swap" - o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa "pro rata" até a data do balanço. O valor justo dos "swaps" é determinado utilizando-se técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado com base em taxas divulgadas pelo mercado.

• Operações a termo - pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência do prazo dos contratos até a data do balanço. O valor justo dos contratos a termo é determinado utilizando-se técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado com base em taxas divulgadas pelo mercado.

• Operações com opções - os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo, respectivamente, até o efetivo exercício da opção, e contabilizado como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício da opção, ou no resultado, no caso de não exercício. O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como Black & Sholes, usando curvas de rendimento, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente.

• Operações de futuros - o valor dos ajustes diários é contabilizado em conta de ativo ou passivo, sendo apropriado mensalmente como receita ou despesa. O valor justo dos futuros é determinado utilizando-se técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado com base em taxas divulgadas pelo mercado.

5.2.1. Valor de referência dos instrumentos financeiros derivativos registrados em conta de compensação

Indexador	"Swap"	Termo	Futuros	Opções	Total
Moeda estrangeira	23.534.514	10.946.618	9.303.973	7.832.572	51.617.677
Taxa de juros	4.010.047	-	7.591.624	-	11.601.671
Outros	89.541	-	-	-	89.541
Total 2014	27.634.102	10.946.618	16.895.597	7.832.572	63.308.889
Total 2013	18.960.477	5.195.100	19.194.132	4.303.190	47.652.899

Para as operações com instrumentos financeiros derivativos, efetuadas junto à BM&FBovespa e liquidação de operação de câmbio efetuadas junto à "clearing" de câmbio, foram requeridas margens de garantia, no valor de R\$418.609 (R\$369.143 em 2013).

5.2.3. Instrumentos financeiros derivativos utilizados como "Hedge"

"Hedge" de Risco de Mercado

Em 30 de Junho de 2014, o Banco possuía as seguintes posições em operações de "hedge" de risco de mercado:

• Posição em contratos de DI Futuros da BM&FBovespa, com valor referencial de R\$3.220.382 em vencimentos até 02 de janeiro de 2018. Os valores de curva e de mercado das operações classificadas como ativo objeto de "hedge", relativas às aplicações em depósitos interfinanceiros, indexadas em taxas prefixadas, eram respectivamente, R\$3.213.401 e R\$3.217.879, e o ajuste a mercado credor de R\$16.224 foi contabilizado em contas de resultado, referente ao semestre de 2014. A contraparte dos objetos de "hedge" é a Cetelem Brasil S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento.

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Apresentamos a seguir as informações relativas às operações de crédito, que incluem adiantamentos sobre contratos de câmbio e operações de arrendamento mercantil:

6.1 Composição por operação e por nível de risco

Descrição	30.06.2014						Valor contábil	Provisão	30.06.2013	Valor contábil
	AA	A	B	C	D	H				
Operações de créditos:										
Empréstimos e títulos descontados	542.423	175.457	18.521	-	3.329	-	739.730	15.703	218.617	
Financiamento	99.655	12.995	-	3.032	-	-	115.682	2.349	134.081	
Financiamento rural e agroindustriais	30.463	13.969	14.514	-	-	-	58.946	2.390	38.715	
Operações de arrendamento mercantil (nota 6.2)	212.757	-	-	-	-	-	212.757	-	375.485	
Adiantamento sobre contrato de câmbio	707.416	719.211	116.081	22.218	-	6.198	1.571.124	52.347	779.086	
Total	1.592.714	921.632	149.116	25.250	3.329	6.198	2.698.239	72.789	1.545.984	

6.1.2. Composição por setor de atividade

Descrição	30.06.2014		30.06.2013		Descrição	30.06.2014	30.06.2013
	R\$	%	R\$	%			
Setor privado:							
Indústria	759.064	28,13	302.288	19,56	Crédito tributário de impostos e contribuições	281.414	245.857
Comércio	362.204	13,42	50.105	3,24	Impostos e contribuições a compensar	13.976	16.841
Serviços	1.570.479	58,20	1.189.380	76,93	Devedores diversos - Exterior	4.453	6.152
Pessoa Física	6.492	0,25	4.211	0,27	Devedores diversos - País	1.897	3.342
Total	2.698.239	100,00	1.545.984	100,00	Adiantamentos diversos	3.815	3.567
					Devedores por depósitos em garantia	309.538	263.076
					Total	615.093	538.835
					Curto prazo	115.536	136.627
					Longo prazo	499.557	402.208

6.1.3 Composição por vencimento

Descrição	30.06.2014		30.06.2013		Saldo inicial	Constituição	Realização	Saldo final
	R\$	%	R\$	%				
A vencer:								
Até 180 dias	1.713.614	41,26	833.812	53,93	Imposto de renda	9.177	(7.273)	9.177
De 181 a 360 dias	715.164	42,31	345.239	22,33	Diferenças temporárias:	-	(311)	1.098
Acima de 361 dias	262.268	16,10	366.928	23,74	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	13.447	18.555	(13.420)
Vencidos:					Provisão "hedge" fluxo de caixa	-	162	-
Até 60 dias	7.193	0,33	5	-	Ajuste a mercado de derivativos	7.273	9.177	(7.273)
Total	2.698.239	100,00	1.545.984	100,00	Povisão títulos disponíveis para venda	1.409	-	(311)
					Provisão para riscos fiscais	78.120	5.725	(875)
					Provisão para outros passivos contingentes	3.700	3.549	(23)
					Provisão de avais e fianças	34.610	5.523	(6.609)
					Provisão para outros passivos	26.452	17.881	(23.805)
					Provisões diversas	3.073	353	(628)
					Total	168.084	60.925	(52.944)
					Contribuição social	-	-	-
					Diferenças temporárias:	-	-	-
					Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.069	11.133	(8.052)
					Provisão "hedge" fluxo de caixa	-	97	-
					Ajuste a mercado de derivativos	4.069	5.211	(4.069)
					Povisão títulos disponíveis para venda	846	-	(187)
					Provisão para riscos fiscais	46.874	3.435	(525)
					Provisão para outros passivos contingentes	2.220	2.129	(14)
					Provisão de avais e fianças	20.765	3.314	(3.965)
					Provisão para outros passivos	15.876	10.729	(14.283)
					Provisões diversas	1.842	212	(377)
					Total 2014	100.561	36.260	(31.472)
					Total 2013	268.645	97.185	(84.416)
						240.502	60.278	(54.923)

Em 2014 houve recuperação de créditos referentes a créditos anteriormente baixados contra provisão no montante de R\$315 (R\$158 em 2013). Os créditos renegociados no semestre montam R\$133.320 (R\$63.485 em 2013).

Em 30 de junho de 2014, o saldo da provisão em relação a carteira de crédito equivale a 2,70% (2,13% em 2013).

7. OUTROS CRÉDITOS

7.1. Carteira de câmbio

Ativo	30.06.2014	30.06.2013
Câmbio comprado a liquidar	3.551.424	2.847.912
Direitos sobre venda de câmbio	2.300.929	2.336.610
Cambiais em moeda estrangeira	39.717	3.169
Adiantamentos em moeda nacional	(4.051)	(58.651)
Adiantamentos em moeda estrangeira	(952)	(747)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	15.620	16.122
Total	5.902.687	5.144.115
Curto prazo	5.902.687	3.808.150
Longo prazo	-	1.336.265
Passivo	30.06.2014	30.06.2013
Câmbio vendido a liquidar	2.330.210	2.476.059
Obrigações por compra de câmbio	3.500.933	2.640.723
Adiantamentos sobre contratos de câmbio - exportação	(1.555.503)	(762.964)
Total	4.275.640	4.353.818
Curto prazo	4.229.441	3.013.324
Longo prazo	46.199	1.340.494

Em 2014 houve recuperação de créditos referentes a créditos anteriormente baixados contra provisão no montante de R\$315 (R\$158 em 2013). Os créditos renegociados no semestre montam R\$133.320 (R\$63.485 em 2013).

Em 30 de junho de 2014, o saldo da provisão em relação a carteira de crédito equivale a 2,70% (2,13% em 2013).

7. OUTROS CRÉDITOS

7.1. Carteira de câmbio

Ativo	30.06.2014	30.06.2013
Câmbio comprado a liquidar	3.551.424	2.847.912
Direitos sobre venda de câmbio	2.300.929	2.336.610
Cambiais em moeda estrangeira		



BNP PARIBAS

BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A.

CNPJ nº 01.522.368/0001-82

(Continuação)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Para os semestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

As transações com partes relacionadas nas empresas do Grupo BNP Paribas estão demonstradas, conforme quadro abaixo:

Descrição		30.06.2014		30.06.2013	
		Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)
Disponibilidade em moeda estrangeira		4.396	-	2.488	-
BNP Paribas S.A. Paris	controladora	(2.752)	-	(1.081)	-
BNP Paribas S.A. Londres, Montreal, Hong Kong e Tokyo	parte relacionada	(1.644)	-	(1.407)	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros		4.155.096	295.283	3.527.610	189.966
Cetelem Brasil S.A. C.F.I.	parte relacionada	(714.410)	(118.982)	(1.185.949)	(77.755)
Banco BGN S.A.	parte relacionada	(3.440.686)	(176.301)	(2.341.661)	(112.211)
Arrendamento mercantil		212.757	14.672	375.485	24.647
Arval Brasil Ltda.	parte relacionada	(212.757)	(14.672)	(375.485)	(24.647)
Serviços Prestados a Receber		3.007	979	3.544	1.014
Arval Brasil Ltda.	parte relacionada	(3.007)	(979)	(3.544)	(1.014)
Devedores diversos - exterior		4.453	(6.856)	6.152	2.475
BNP Paribas S.A. - Nova York	parte relacionada	(1.060)	(270)	(3.779)	(1.626)
BNP Paribas S.A. - Colombia	parte relacionada	(3.171)	(1.650)	(1.650)	(550)
BNP Paribas S.A. - Singapura	parte relacionada	(222)	(145)	(723)	(282)
BNP Paribas S.A. Paris	controladora	-	8.242	-	(17)
Depósitos à vista		(2.008)	-	(3.122)	-
Arval Brasil Ltda.	parte relacionada	1.841	-	2.916	-
Cetelem Brasil S.A. C.F.I.	parte relacionada	120	-	146	-
Cetelem América Ltda	parte relacionada	-	-	11	-
Cetelem Serviços Ltda.	parte relacionada	-	-	10	-
Cetelem Latin America Holding	parte relacionada	-	-	4	-
BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	controlada	44	-	15	-
Petits Champs Participações e Serviços	parte relacionada	-	-	20	-
BNP Paribas Participações e Serviços Ltda.	parte relacionada	3	-	-	-
Depósitos a Prazo		(28.720)	(1.892)	(62.664)	(2.721)
BNP Paribas Participações e Serviços Ltda.	parte relacionada	88	4	-	-
Arval Brasil Ltda.	parte relacionada	28.632	1.888	47.000	1.978
Petits Champs Participações e Serviços	parte relacionada	-	-	15.664	743
Depósitos Interfinanceiros		-	(1.437)	(60.012)	(4.399)
Banco BGN S.A.	parte relacionada	-	1.033	60.012	4.399
Cetelem Brasil S.A. C.F.I.	parte relacionada	-	404	-	-
Obrigações por operações compromissadas		(24.559)	(897)	(26.314)	(722)
Banco BGN S.A.	parte relacionada	24.559	897	26.314	722
Obrigações por empréstimos e repasses		(1.832.635)	79.769	(818.534)	(169.659)
BNP Paribas S.A (Paris, Nova York e Suisse)	parte relacionada	1.832.635	(79.769)	818.534	169.659
Outras obrigações - Valores a pagar sociedade ligadas		(1.298)	-	-	-
BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	controlada	1.298	-	-	-
Outras obrigações - Dívida subordinada		(282.588)	7.350	(284.269)	(29.056)
BNP Paribas S.A. Paris	controladora	282.588	(7.350)	284.269	29.056
Outras obrigações - Dívida subordinada pendente de autorização		(385.727)	395	-	-
BNP Paribas S.A. Bélgica	parte relacionada	385.727	(395)	-	-

15.5. Lei 12.973 (anterior Medida Provisória nº 627)

Em 14 de maio de 2014 foi publicada a Lei nº 12.973, conversão da Medida Provisória nº 627, que altera a legislação tributária federal sobre IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A referida Lei nº 12.973/14 dispõe, entre outros assuntos, sobre a revogação do Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 e a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas e de lucros auferidos por pessoa física residente no Brasil por intermédio de pessoa jurídica controlada no exterior.

Até o momento, o Banco BNPP não optou pela adoção antecipada da Lei nº 12.973/14 e estimamos que a referida Lei nº 12.973/14 não acarrete efeitos contábeis relevantes nas demonstrações financeiras do Banco BNP Paribas Brasil S.A.

16. RISCO OPERACIONAL

O Banco BNP Paribas Brasil S.A. mantém continuamente o seu processo de análise e monitoramento dos controles internos, incluindo o risco operacional. Com relação ao cálculo da parcela de capital alocada para cobrir os riscos operacionais, o Banco manteve a metodologia de abordagem básica (BIA), de acordo com as normas do Banco Central do Brasil. O aprimoramento constante das práticas de Governança Corporativa e o investimento contínuo na evolução dos processos e dos controles são objetivos permanentes da Administração. O relatório completo sobre a gestão do risco operacional no Banco BNP Paribas Brasil S.A. está disponível no endereço eletrônico (www.bnpparibas.com.br).

17. RISCO DE CRÉDITO

O Banco, em aderência ao disposto pelo Banco Central do Brasil, designou um diretor responsável pelo gerenciamento de risco de crédito. Esse diretor, bem como a área de gestão do risco de crédito atuam de forma independente das áreas de negócios e são responsáveis pela aplicação da política de monitoramento de risco de crédito, pela classificação e controle dos riscos de crédito, em conformidade com as regulamentações, assegurando um nível de risco aceitável da carteira de crédito do Banco.

A área de Risco de Crédito do Banco está inserida na estrutura global de risco de crédito do Grupo BNP Paribas e dispõe de um time de especialistas dedicados exclusivamente ao atendimento desses objetivos.

O relatório completo sobre a gestão do risco de crédito no Banco está disponível no endereço eletrônico (www.bnpparibas.com.br).

18. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DO RISCO DE MERCADO

O Banco emprega uma política conservadora na administração de sua exposição a risco de mercado. O Banco identifica, supervisiona e controla de forma eficaz cada fator de risco no intuito de permitir que oscilações bruscas dos parâmetros de mercado possam ser absorvidas sem comprometer os objetivos de médio e longo prazo da instituição no Brasil.

De acordo com as normas do Banco Central do Brasil, o Banco nomeou um diretor responsável pelo risco de mercado. Esse diretor em conjunto com a área de gerenciamento do risco de mercado, que funciona independentemente das áreas de negócios, são responsáveis pela administração da política de monitoramento de risco de mercado, a aprovação de planos de trabalho/ações que envolvam novas metodologias, a validação dos novos produtos e as decisões sobre a adoção de ferramentas para a gestão dos riscos. A área de Risco de Mercado conta com uma equipe de profissionais dedicados exclusivamente a estas tarefas e inseridos na estrutura global de risco de mercado do Grupo BNP Paribas. O relatório completo sobre a gestão do risco de mercado no Banco está disponível no endereço eletrônico (www.bnpparibas.com.br).

19. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE CAPITAL

A estrutura de gerenciamento de capital instituída pelo BNPP Brasil é composta por um Comitê de Monitoramento de Capital (CMC) e um Comitê de Ativos e Passivos (ALCO) cujas políticas e procedimentos buscam sempre observar as melhores práticas de governança corporativa e atuar em conformidade com as determinações estabelecidas pelos Órgãos Regulatórios. A estrutura de gerenciamento de capital abrange os impactos no capital do conglomerado financeiro e possíveis impactos associados às demais empresas consolidadas econômico-financeiro de forma compatível com a natureza das nossas operações, a complexidade dos produtos e serviços ofertados aos nossos clientes, bem como a dimensão de nossa exposição a riscos. O relatório completo sobre a gestão de capital do BNPP BR está disponível no endereço eletrônico (www.bnpparibas.com.br).

20. RISCO DE LIQUIDEZ

O Banco BNP Paribas Brasil S.A., em conformidade com a regulamentação do Banco Central do Brasil, designou um diretor responsável, bem como estabeleceu uma estrutura apropriada para o gerenciamento do risco de liquidez.

Com a aplicação de rígidos padrões locais e globais, além de indicadores de controle e adequado nível de reporte, a gestão de liquidez do Banco visa continuamente cumprir com as determinações regulatórias, honrar seus compromissos com os clientes/mercado, apoiar a estratégia de desenvolvimento do Banco BNP Paribas Brasil S.A., manter o menor custo possível e lidar com eventuais crises de liquidez.

O relatório completo sobre a gestão do risco de liquidez no Banco BNP Paribas Brasil S.A. está disponível no endereço eletrônico (www.bnpparibas.com.br).

Marcelo Marques Sellan - Contador - CRC 1SP213451/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Srs. Administradores

Banco BNP Paribas Brasil S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco BNP Paribas Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

O Banco BNP Paribas Brasil S.A. registra as operações e elabora as suas informações contábeis com observância das práticas contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão

para superveniência (ou insuficiência) de depreciação, classificada no ativo permanente (Nota 3). Essas práticas não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com a disposição da Lei nº 6.099/74, para as rubricas de ativos circulante, realizável a longo prazo e rendas/despesas de operações de arrendamento mercantil, mas propiciam a apresentação do resultado e do patrimônio líquido em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, com exceção do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco BNP Paribas Brasil S.A. em 30 de junho de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 25 de agosto de 2014

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Augusto da Silva
Contador CRC 1SP197007/O-2

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - Primeiro Semestre de 2014

Introdução

Os membros do Comitê de Auditoria, em atendimento às disposições regulamentares vigentes e de seu Regulamento Interno de 14 de julho de 2004, apresentam Relatório de suas atividades desenvolvidas no primeiro semestre do ano de 2014, no âmbito do Banco BNP Paribas Brasil S/A (BNPP BR).

O Comitê de Auditoria do BNPP BR é um órgão estatutário e foi instituído pela Assembleia Geral Extraordinária de 29 de abril de 2004. Iniciou os seus trabalhos em 1º de julho de 2004, estando composto atualmente por quatro membros, todos diretores nomeados pela Diretoria Executiva e aprovados pelo Banco Central do Brasil. Também conta com a participação de especialistas, responsáveis pela área de Compliance e Auditoria Interna.

Na forma da regulamentação vigente, cumpre ao Comitê de Auditoria avaliar a transparência e qualidade das demonstrações financeiras, a efetividade dos sistemas de controles internos da Sociedade e das suas Auditorias Interna e Externa. As suas análises e conclusões são baseadas única e exclusivamente nas informações recebidas dos organismos de controle existentes na Instituição. Não há trabalhos de campo realizados pelos membros desse Comitê, ainda que a maioria dos membros exerça também funções executivas na organização e que isso facilite o entendimento das questões tratadas durante as reuniões do Comitê de Auditoria.

Por não possuir função executiva, cabe ao Comitê de Auditoria, diante das informações que lhe são apresentadas pelas áreas de controles internos da Instituição e pelas demais convocadas, oferecer à Diretoria Executiva as sugestões de melhoria que entende necessárias, ficando a critério exclusivo desta acolhê-las ou não. O Comitê, representado por seu membro coordenador, apresentou à Diretoria Executiva da Instituição o resumo de suas atividades e as principais ocorrências verificadas durante o primeiro semestre de 2014.

Dentro da sistemática regulamentar vigente, o Comitê de Auditoria reuniu-se três vezes durante o primeiro semestre (reuniões 68 a 70). Tais reuniões estão representadas por atas específicas que permanecem à disposição do Banco Central do Brasil. No âmbito das suas atribuições e a partir das informações recebidas, o Comitê de Auditoria não constatou durante o ano de 2014 problemas nos controles internos da Instituição que pudessem afetar significativamente suas demonstrações financeiras ou a continuidade de seus negócios, tampouco a ocorrência de fraudes de qualquer natureza ou valor. Também merece registro o fato de que as atividades do Comitê, a exemplo do que ocorreu desde sua implantação, foram livremente conduzidas por seus membros, sem que qualquer obstáculo tenha sido oferecido pela Direção da Sociedade ou por qualquer de seus prepostos ao livre e independente encaminhamento de suas atividades.

Ouvیدoria

O nível de reclamações apresentado à Ouvidoria continua muito baixo. A exemplo do que vem ocorrendo ano após ano, a Instituição, através dos órgãos internos, tem demonstrado grande habilidade na solução rápida e eficiente dos problemas apresentados pela clientela, fornecedores e terceiros em geral. Esse baixo nível de reclamações comprova também que as operações da Instituição com os seus clientes são realizadas com elevado padrão de qualidade.

Foram apresentados regularmente aos membros do Comitê relatórios das atividades da Ouvidoria no primeiro semestre de 2014 em que se constatou que nenhuma reclamação chegou a ser apresentada diretamente, evidenciando que os canais habitualmente utilizados pelos clientes para a solução de problemas ordinários estão atuando corretamente. No mesmo período, nenhuma

reclamação de clientes em face da Instituição foi registrada no Sistema de Reclamações do Banco Central do Brasil.

Esse alto nível de excelência no atendimento das questões apresentadas diariamente também pode ser comprovada pelo encerramento de mais um semestre sem que qualquer ação fosse movida pelos clientes contra a Sociedade.

Relatório de Controles Internos

O Comitê de Auditoria também tomou ciência do Relatório sobre o Sistema de Controles Internos aprovado pelo Diretor responsável nos termos da regulamentação vigente, do qual pôde-se inferir que os sistemas e procedimentos de controle da Instituição foram regularmente avaliados e que não foram constatadas falhas que pudessem influenciar significativamente as demonstrações financeiras da Sociedade. Foi observado ainda que os esforços empregados no atendimento das recomendações feitas por sua Auditoria Interna têm produzido os resultados esperados, permitindo que a Instituição encerrasse o primeiro semestre de 2014 sem nenhuma recomendação considerada de alto risco aberta, segundo os critérios de classificação adotados pela Auditoria Interna da Instituição.

Vale notar que a estrutura de controles internos do Banco BNP Paribas no Brasil é estabelecida dentro de uma *framework* que estabelece uma clara definição de responsabilidades, com todos os procedimentos internos já mapeados e em sua grande maioria devidamente suportados por manuais, uma objetiva segregação de funções, onde quem efetua a transação não a registra, não a controla e nem a liquida, associada a uma separação física e lógica das áreas cujas atividades possam produzir conflitos de interesses, possibilitando um eficiente processo de supervisão.

Demonstrações Financeiras

Nas reuniões que realizou, o Comitê de Auditoria recebeu do responsável da área de Contabilidade da Sociedade todas as explicações solicitadas acerca das demonstrações financeiras trimestrais e do semestre, apoiado nas normas e pronunciamentos contábeis brasileiros tendo o Comitê concluído que as demonstrações financeiras apresentavam consistência, qualidade e clareza necessárias. Como habitualmente ocorre, essas demonstrações foram apresentadas em detalhes, notadamente em suas principais mutações, que foram comparadas com as demonstrações anteriores, permitindo concluir pela consistência das demonstrações financeiras encerradas em 30 de junho de 2014.

O nível de provisionamento para contingências judiciais vem se mostrando satisfatório. A Sociedade cautelarmente constituiu provisão adicional às consideradas obrigatórias sobre a carteira de crédito, que apesar disso continua a apresentar excelente performance. Os processos tributários mais relevantes encontram-se amparados por depósitos judiciais, exceção feita aos casos em que a possibilidade de perda foi considerada remota pelos advogados da Sociedade. É treze o número de reclamações trabalhistas em andamento no encerramento do primeiro semestre movidas por ex-empregados contra a Sociedade e cujos valores, mesmo somados, não são significativos.

Não há no âmbito do Sistema Financeiro e Mercado de Capitais processos judiciais ou administrativos movidos contra a Sociedade ou qualquer de seus diretores.

Auditoria Interna

O Comitê de Auditoria também se reuniu com a Auditoria Interna que reportou-lhe os resultados e as principais conclusões de seus trabalhos executados durante o primeiro semestre de 2014, a exemplo do que ocorreu com o semestre anterior. Questionada especificamente sobre as demonstrações financeiras, a responsável pela Auditoria esclareceu não ter sido identificado nas missões que realizou qualquer problema nos controles da Sociedade que pudesse por em risco a qualidade das

respectivas demonstrações financeiras. Esclareceu também que tem desempenhado suas funções sempre com absoluta independência, não tendo sido imposta qualquer restrição ao seu trabalho pelos demais prepostos da Instituição ou por sua Diretoria Executiva.

Relativamente à efetividade de seus trabalhos vis a vis a regulamentação vigente, a responsável pela Auditoria Interna afirmou que faz parte integrante de seus trabalhos a verificação do cumprimento dos dispositivos legais e normativos aplicáveis à Instituição, bem como de suas normas internas, levando o Comitê a concluir, ao final, que a Auditoria Interna tem desempenhado suas funções adequadamente. Todos os trabalhos realizados pela Auditoria Interna são concluídos com base em extensos relatórios encaminhados também aos membros do Comitê. A apresentação feita pela responsável da Auditoria evidenciou a profundidade dos trabalhos desenvolvidos durante o primeiro semestre de 2014 e a procedência das recomendações formuladas, cujo atendimento é regularmente acompanhado pela área de Controles Internos da Instituição e pelo Comitê de Auditoria. O Comitê concluiu, também, que a Auditoria Interna não sofre nenhum tipo de restrição ao exercício das suas atividades.

Auditoria Externa

A Pricewaterhouse&Coopers, através de seus representantes legais, diante do Comitê de Auditoria, apresentou relatório de suas atividades referente às demonstrações financeiras do primeiro semestre de 2014 evidenciando adequada integração com as diversas áreas da Sociedade e conhecimento acerca de suas respectivas atividades. Confirmou aos membros ter atuado com independência e autonomia na condução de seus trabalhos e que nenhum óbice ao desempenho de suas atividades foi encontrado e que todas as informações solicitadas foram sempre recebidas nos prazos ajustados. No âmbito dos controles internos, a PWC afirmou não terem sido identificadas falhas relevantes ou deficiências significativas que pudessem comprometer a qualidade das demonstrações financeiras da Instituição. Atestou que a circularização de correspondências a advogados e outros profissionais apresentou bom resultado. Esclareceu, ainda, que em seus trabalhos relacionados às demonstrações financeiras do primeiro semestre de 2014: (i) não tiveram nenhuma divergência de opinião com a Administração; (ii) que não identificaram situações que limitassem o desempenho de suas atividades, (iii) que não tiveram conhecimento de nenhuma questão relativa à auditoria ou contabilidade, formulada pela Administração a outras empresas de auditoria.

Também em relação à efetividade de seus trabalhos, foi observado que a Auditoria Independente também avalia o cumprimento pela Sociedade de dispositivos legais e normativos aplicáveis às suas demonstrações financeiras e que predominou uma perfeita integração entre os auditores independentes e as diversas áreas do Banco, permitindo ao Comitê concluir que a Auditoria Independente desempenhou suas funções de forma independente e satisfatória.

Conclusão

Assim, diante das diversas informações recebidas, o Comitê de Auditoria concluiu que as demonstrações financeiras da Sociedade apresentam informações consistentes e apuradas de acordo com práticas contábeis regularmente aceitas no Brasil, pelo que recomenda à Diretoria Executiva a aprovação das demonstrações financeiras da Sociedade, encerradas em 30 de junho de 2014, que será objeto de publicação na forma da lei.

São Paulo, 18 de agosto de 2014.
BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A.
Comitê de Auditoria

Comprometido com os negócios

Nós nos esforçamos para o seu sucesso

CORPORATE & INVESTMENT BANKING - WEALTH MANAGEMENT
ASSET MANAGEMENT - SECURITIES SERVICES

BNP PARIBAS | O banco para um mundo em mudança

bnpparibas.com.br

Este anúncio tem caráter meramente institucional e não constitui oferta de produtos ou serviços financeiros específicos. Ouvidoria: 0800-715999 ou pelo e-mail: ouvidoria@br.bnpparibas.com